

Introdução*

“**S**ó se fala tanto de memória porque ela já não existe mais”, diz a citada frase de Pierre Nora¹. Essa frase atesta a tão conhecida lógica segundo a qual um fenômeno já precisa estar perdido, para só então se instalar em definitivo na consciência. A consciência se desenvolve normalmente “no signo do acabado”. Essa lógica condiz com o caráter retrospectivo da lembrança, acionado somente quando a experiência na qual a lembrança se baseia já estiver consolidada no passado. Tomemos por ora a segunda parte da frase, isto é, a tese de que não existe mais memória. É assim mesmo? Não existe mais memória? E que tipo de memória não existiria mais?

Quem, por exemplo, associa o saber verdadeiro com o saber de cor tem que admitir que hoje em dia essa arte não está nada bem. O currículo de língua alemã já não prevê que se decorem sequer baladas de quatro estrofes. É certo que hoje em dia ainda existem virtuosos memorizadores, que anualmente se reúnem em Londres para pôr suas memórias à prova e disputar uma vaga no Livro Guinness dos Recordes com marcas espetaculares². Porém é inegável que a era de ouro dessa arte já acabou. Na Antiguidade ainda se atribuía a líderes militares, homens de Estado e reis uma memória excepcional; hoje quem é um virtuoso da memória cai no ramo do entretenimento ou até do patológico: a distância que separa a

* Tradução: Daniel Martineschen.

1 Pierre Nora, *Zwischen Geschichte und Gedächtnis* [Entre história e memória]. Vol. II. Berlin, 1990.

2 Ulrich Ernst reuniu dados minuciosos quanto a virtuosos da memória desde a Antiguidade até o presente, tanto na ficção quanto na vida real. Cf. Ulrich Ernst, “Die Bibliothek im Kopf: Gedächtniskünstler in der europäischen und amerikanischen Literatur” [A biblioteca na cabeça: Artistas da memória na literatura europeia e americana], in *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 105 (1997), pp. 86-123.

arte de memorizar da doença da memória não parece mais muito grande. Afinal, por que decorar o que se pode consultar nos livros? O aumento constante da capacidade dos dispositivos para armazenar conhecimento corresponde diretamente ao declínio também crescente do “saber de cor”. Mas, mesmo antes de os computadores tomarem o lugar da memória, o valor do saber de cor já fora questionado. Platão já defendia que conhecimento decorado não era conhecimento verdadeiro. No seu diálogo *Fedro* [*Phaidros*] ele critica não somente a escrita, mas escarnece também da nova técnica dos sofistas para memorizar textos escritos mediante sua leitura em voz alta. A história da arte de memorizar foi acompanhada desde seu início por uma crítica fundamental a ela, especialmente porque o que se memorizava muito bem nem sempre correspondia aos padrões da razão e do empirismo. “Eu te arranco da cabeça essas fábulas que a ama de leite te contou!”, consta em uma sátira de Pérsio³. E na metade do século XVII o médico e teólogo Sir Thomas Browne dissolveu a aliança entre tradição, conhecimento e memória quando escreveu: “Conhecimento se obtém pelo esquecimento, e se quisermos um corpo de verdades claro e confiável, devemos abrir mão do muito que sabemos”⁴. Durante o Renascimento, que experimentou uma recuperação da arte de memorizar, a crítica da memória também se renovou. Harald Weinrich chamou a atenção para essa tradição, à qual pertencem, entre outros, Montaigne e Cervantes. O romance *Dom Quixote* pode ser lido como um manifesto pela “dissociação fundamental entre espírito e memória”, e nos *Ensaio*s se encontra uma “negação da pedagogia da memória de alto desempenho”⁵. Sobretudo nos autores modernos se encontram difamações da memória em nome da razão, da vida, da originalidade, da individualidade, da inovação, do progresso e de quantos outros nomes tenham os deuses da modernidade. Weinrich constata:

De qualquer forma é notável que a inimizade entre razão e memória, constatada primeiro por Huarte, tenha conduzido em toda a Europa, desde o Iluminismo, a uma guerra generalizada contra a memória, na qual foi vencedora a razão esclarecida. Desde então temos todos uma péssima memória, e sequer nos envergonhamos disso. Por outro lado, não se veem muitas pessoas reclamando de serem fracas da razão. (p. 579)

- 3 “[...] ueteres auias tibi de pulmone reuello”. A. Persi Flacci et D. Ivni Ivvenalis, *Satirae*. Edidit Breviqve Adnotatione Critica Denvo Instrvxit W. V. Clausen, Oxford University Press, 1992. Satvra V, 92/21.
- 4 Sir Th. Browne, *Selected Writings*. Ed. por Sir G. Keynes. Londres, 1968, p. 227.
- 5 Harald Weinrich, “Gedächtniskultur — Kulturgedächtnis” [Cultura e memória — Memória da cultura], in *Merkur* 508 (1991), pp 569-82. Esse ensaio está incluído como capítulo de livro do mesmo autor: *Lete — Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

Provavelmente Nora entende por “memória” muito mais a tradição cultural em geral, a *memória formativa* [*Bildungsgedächtnis*] e menos a *memória de aprendizagem* [*Lerngedächtnis*] da mnemotécnica. É através da primeira que o indivíduo se vincula a uma nação ou região específica⁶. Nos cadernos culturais de nossos jornais encontramos regularmente reclamações sobre a diminuição da memória cultural, e em Joachim Fest encontramos a tese de que o “entusiasmo pela destruição” não é um fenômeno recente. Na Alemanha dos séculos XIX e XX os contextos políticos e culturais foram esfacelados “um após outro, por tédio ou incompreensão”, e por fim as revoltas da juventude no final dos anos 1960 procuraram apagar, “além de muitos sobreviventes, autoridades e tabus”, também linhagens de família e lembranças⁷. Albrecht Schöne, germanista e estudioso de Goethe, constata nos dias de hoje uma revolução cultural sub-reptícia, um “deslocamento de época” que afeta um “continente espiritual” inteiro, afastando-o de seu rumo:

O que se rompe no fundamento cultural e o que se perde em relação às bases de entendimento e capacidades de compreensão coletivas, comuns a diversas gerações, não dizem respeito, de modo algum, somente às grandes obras antigas. O mesmo se aplica também aos diários de nossos bisavós ou às cartas de nossas avós⁸.

A comunicação entre épocas e gerações interrompe-se quando um dado repositório de conhecimento partilhado se perde. Da mesma forma que as “grandes obras antigas”, como o *Fausto* de Goethe, só são legíveis nos termos de textos maiores e mais antigos, como a Bíblia — que William Blake chamou de “o grande código da Arte”⁹ —, as anotações de nossos avós e bisavós só são legíveis nos termos das histórias de família recontadas oralmente. Há, então, um paralelo entre a *memória cultural*, que supera épocas e é guardada em textos normativos, e a *memória comunicativa*, que normalmente liga três gerações consecutivas e se baseia nas lembranças legadas oralmente. Schöne diagnostica a diminuição da memória nos dois níveis — memória cultural e comunicativa.

- 6 Ambos os tipos de memória — de aprendizagem e formativa — são agrupados por psicólogos da memória sob a categoria da *memória semântica*.
- 7 Joachim Fest, “Das Zerreißen der Kette. Goethe und die Tradition” [Romper o grilhão. Goethe e a tradição], *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 21 jun., 1997, nº 141. A formulação do “entusiasmo pela destruição” é de Goethe.
- 8 Albrecht Schöne, “Discurso de agradecimento pela recepção do prêmio Reuchlin em 17 de junho 1995 em Pforzheim”, *Die Zeit*, nº 34, 18 ago., 1995, p. 36.
- 9 Ver Northrop Frye, *O código dos códigos*. São Paulo, Boitempo, 2004.

Nora descreve a crise da memória como um desacoplamento entre passado e presente. Ele fala de uma “queda acelerada em um passado morto e irrecuperável”; de um dilaceramento “do que se experienciou e ainda está enraizado no calor da tradição, no silêncio dos costumes e na repetição do que é legado por gerações anteriores”, para então identificar a força destruidora em ação: “uma onda fundamental de historicidade arrasadora”. Tudo que ainda hoje se entende como memória está “destinado ao desaparecimento definitivo no fogo da história”¹⁰.

Essas afirmações poderiam ser relacionadas a uma crise atual da *memória experiencial* [*Erfahrungsgedächtnis*], que consiste no fato de que, com o avanço rumo à próxima geração, as testemunhas que sobreviveram à maior catástrofe deste século, a *shoah*, terão morrido uma a uma. Sobre isso escreve o historiador Reinhart Koselleck:

Com a mudança de geração muda também o objeto da observação. A partir de um *passado que é presente* e impregnado de experiências dos sobreviventes constrói-se um *passado puro*, depurado das experiências. [...] Com a recordação que se esvai, o distanciamento não só aumenta, também se altera sua qualidade. Em breve, somente os documentos falarão, carregados de imagens, filmes e memórias¹¹.

Koselleck descreve a mudança do passado ainda presente para o passado puro como a substituição da experiência histórica viva pela pesquisa histórica científica. O que isso significa em detalhes?

Os critérios de pesquisa se tornam mais sóbrios, mas talvez se tornem também *mais pálidos* e menos saturados de empirismo, ainda que prometam reconhecer ou objetivar mais coisas. A consternação moral, as funções de proteção disfarçadas, as acusações e atribuições de culpa próprias à historiografia: todas essas técnicas de lidar com o passado *perdem* seu referencial político-existencial. Elas se *desvanecem* em prol de pesquisas científicas pontuais e análises sustentadas por hipóteses¹². (grifo nosso)

Palidez, perda, desvanecimento: esses termos são todos circunscritos de um processo inexorável de esquecimento que, segundo Koselleck, desemboca de maneira determinada na científicização. Com isso, ele opõe a lembrança pessoal corpórea e a pesquisa histórica de abstração científica. Esse modelo sugere que a

10 Pierre Nora, *Zwischen Geschichte und Gedächtnis*, p. 18.

11 Reinhart Koselleck, Posfácio para: Charlotte Beradt, *Das Dritte Reich des Traums* [O Terceiro Reich do sonho]. Frankfurt, 1994, pp. 117-32; o trecho citado está na p. 117.

12 Idem, op. cit.

história deve primeiro *estar morta* nas mentes, nos corações e nos corpos das pessoas afetadas, para que possa então se erguer como ciência, tal qual uma fênix, a partir das cinzas da experiência. Enquanto houver pessoas afetadas pela lembrança e, com elas, afecções, reivindicações e protestos concretos, a perspectiva científica corre risco de distorção. Portanto, objetividade não é só uma questão de *método* e de padrões críticos, mas também de *mortificação*, extinção e desvanecimento da dor e da consternação.

Pode-se afirmar que atualmente ocorre o processo exatamente oposto ao descrito por Koselleck. O evento do Holocausto não ficou pálido e descolorido com o passar dos anos, mas, paradoxalmente, está mais próximo e vivo do que se imaginaria. Formulações como as seguintes não são raras: “Quanto mais nos afastamos de Auschwitz, tanto mais próximo esse evento está, tanto mais somos apossados pela lembrança desse crime”¹³. Hoje não temos mais que lidar com uma autossuspensão, mas, pelo contrário, com uma intensificação do problema da memória. Isso se deve ao fato de que a memória experiencial das testemunhas da época, caso não se deva perder no futuro, deve traduzir-se em uma memória cultural da posteridade. Dessa forma, a memória viva implica uma memória suportada em mídias que é protegida por portadores materiais como monumentos, memoriais, museus e arquivos. Enquanto os processos de recordação ocorrem espontaneamente no indivíduo e seguem regras gerais dos mecanismos psíquicos, no nível coletivo e institucional esses processos são guiados por uma política específica de recordação e esquecimento. Já que não há auto-organização da memória cultural, ela depende de mídias e de políticas, e o salto entre a memória individual e viva para a memória cultural e artificial é certamente problemático, pois traz consigo o risco da deformação, da redução e da instrumentalização da recordação. Tais restrições e enrijecimentos só podem ser tratados se acompanhados de crítica, reflexão e discussão abertas.

A afirmação de Nora sobre diminuição da memória no presente vai de encontro à tese defendida em um livro feito por médicos, psicólogos e cientistas culturais norte-americanos. Nesse trabalho fala-se justamente sobre o crescente papel da recordação na vida pública e de um novo e desconhecido significado da memória na cultura contemporânea:

Vivemos em um tempo em que a memória se tornou, como nunca antes, um fator de discussão pública. Apela-se à recordação para curar, para acusar, para justificar. A

13 Linda Reisch, “Prefácio” de Hanno Loewy (org.), in *Holocaust: Die Grenzen des Verstehens. Eine Debatte über die Besetzung der Geschichte* [Holocausto: Os limites do entendimento. Um debate sobre a ocupação da história]. Reinbek, 1992, p. 7.

recordação tornou-se parte essencial da criação identitária individual e coletiva e oferece palco tanto para conflito quanto para identificação¹⁴.

Enquanto certos tipos de memória se retraem (como a memória de aprendizagem, a formativa e, com referência à *shoah*, a memória experiencial), outras formas ganham claramente importância, como a das mídias ou a da política, pois o passado — do qual nos afastamos temporalmente cada vez mais — não fica completamente sob a custódia de historiadores profissionais. Na forma de reivindicações e obrigações rivalizantes, ele também exerce pressão sobre o presente. Hoje se contrapõem à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade. Ninguém pode negar que essas memórias se tornaram uma parte vital da cultura atual, com suas experiências e reivindicações tão próprias.

A primeira parte da frase supracitada de Nora é muito mais fácil de validar. Há mais de uma década se fala muito em memória, e isso é atestado por uma literatura técnica crescente e cada vez mais densa. O interesse pela memória transcende as costumeiras fases de “temas da moda” na ciência. O fascínio duradouro pelo tema da memória parece ser uma evidência de que diferentes questões e interesses se cruzam, se estimulam e se condensam, provenientes dos estudos culturais, das ciências naturais e da tecnologia da informação. O computador — concebido como memória simulada e armazenada —, da mesma forma que a neurologia com suas novas descobertas sobre a formação e o desmanche de redes neurais, cria um horizonte significativo de questionamentos para a área de estudos culturais. Essa variedade de abordagens da questão revela que a memória é um fenômeno que nenhuma disciplina pode monopolizar.

O fenômeno da memória, na variedade de suas ocorrências, não é transdisciplinar somente no fato de que não pode ser definido de maneira unívoca por nenhuma área; dentro de cada disciplina ele é contraditório e controverso. “Memória é inexplicável”, diz Virginia Woolf¹⁵. O presente trabalho é guiado pelo interesse de possibilitar tantos pontos de vista sobre o complexo fenômeno da memória quantos forem possíveis e apontar novas linhas de desenvolvimento e problemas para trabalhos futuros. Por isso, a seguir vamos alternar sempre entre as *tradições* (mnemotécnica e discurso de identidade), as *perspectivas* (memórias cultural, coletiva e individual) e as *mídias* (textos, imagens, lugares, bem

14 Paul Antze e Michael Lambek (orgs.), *Tense Past. Cultural Essays in Trauma and Memory*. Nova York, Londres: 1997, p. VII.

15 Virginia Woolf, *A Biography*. Orlando, Harmondsworth, 1975, p. 56.

é o de explorar, além da função mnemônica ordenadora do conhecimento, algo sobre a variedade de funções da memória. Tudo isso gira fundamentalmente em torno do contexto de lembrança e identidade.

Honra aos mortos, fama póstuma e lembrança histórica são três formas de se referir ao passado que se diferenciaram no início da era moderna e que se põem lado a lado como funções concorrentes da memória cultural. Os dois capítulos que seguem ilustram com exemplos literários casos de política da recordação no seu sentido mais amplo, e tratam do significado que as recordações têm no processo de construção de identidade. Nas *Histórias* de Shakespeare uma identidade nacional é construída com base em recordações históricas, e no *Prelúdio* de Wordsworth uma identidade individual é construída com base em recordações biográficas. Em ambos os casos é central o significado de uma recordação reconstitutivamente remodeladora, que sempre inclui o esquecimento como parte necessária do processo. O capítulo seguinte, “Caixas de memória”, levanta a questão da escolha e do significado dos conteúdos da memória. O que é importante e o que não é? Como assegurar o que é importante? Aqui se fala não apenas da memória como uma arca, equipada de forma a abrigar o importante conhecimento cristão em um espaço de memória espiritual, mas também da memória como uma “caixinha” que Heine decantou como um relicário que abriga leituras relevantes para a vida (e a morte); finalmente, fala-se também da queda de uma caixa de livros que se estilhaça em um abismo, levando consigo o ônus de uma memória cultural hostil à vida. O último capítulo da primeira parte ocupa-se da questão da escolha e da capacidade de armazenamento e introduz uma diferenciação entre “memória cumulativa” e “memória funcional”. Essa distinção tanto faz uma ligação retrospectiva com a memória como “arte” e “potência” quanto adianta a discussão proposta na última parte deste trabalho.

Enquanto se trata de pesquisas sobre a memória, sob a perspectiva médica ou psicológica, é mesmo legítimo concentrar-se exclusivamente na dimensão orgânica das estruturas e dos processos neuronais. Porém, tão logo se toma esse tema sob a perspectiva dos estudos culturais, torna-se inevitável considerar os meios culturais e técnicos da memória. Os semióticos culturais russos Iuri Lotman e Boris Uspenski, da escola Tartu, definiram a cultura como uma “memória da coletividade que não se pode legar como herança”, e com isso apontaram para a dependência que a memória cultural tem de certas práticas e mídias¹⁹. Esse tipo de memória não dá prosseguimento sozinha a si mesma, sempre precisa ser renegociada, estabelecida e mediada uma vez mais, readquirida. Indivíduos e

19 Iuri M. Lotman e Boris A. Uspenski, *The Semiotics of Russian Culture*. Ann Arbor, 1984, p. 3.

culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais. Sem estes não é possível construir uma memória que transponha gerações e épocas — o que significa também que a constituição da memória se modifica juntamente com o estado oscilante de desenvolvimento dessas mídias. As mídias tecnológicas compreendem sistemas de escrita — no sentido mais amplo do termo — que, desde o século XIX, não conservam somente material linguístico, mas também imagens e, adicionalmente, a partir do século XX, vozes e sons.

Por isso a segunda parte deste trabalho é dedicada às mídias, que fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais dela, e que interagem com a memória individual de cada um. Cada memória individual é hoje em dia cercada de um conjunto de mídias tecnológicas de memória que borram a fronteira entre os processos intra e extrapsíquicos. Essa fronteira, na verdade, é difícil de ser sustentada, e isso é mostrado pela imagética que os filósofos, artistas e cientistas usam para descrever a memória humana. As mais antigas descrições da memória já se valiam de metáforas de sistemas tecnológicos de registro, que por sua vez refletem a oscilação da história das mídias: de tabuinhas de cera e pergaminhos chegamos à fotografia, ao filme, ao computador. Aqui se define atualmente uma mudança de época em que a principal metáfora da memória, com seus 2.500 anos de existência — a escrita —, vê-se rendida pela megatropia da rede eletrônica. A escrita se desenvolve sempre mais na direção de estabelecer ligações. E em que direção se moveram as premissas básicas da teoria da memória? Desde o início da escrita, no Egito antigo de dois milênios antes de Cristo, até o presente século, diversos testemunhos atestam que a escrita é a mídia preferencial para a memória em relação a todas as demais mídias, e garantem a ela a fama de dispositivo muito confiável quando se trata de obter perpetuação. Esse objetivo cultural de uma permanência supratemporal parece estar intimamente ligado à metafísica da escrita no Ocidente. O espírito foi concebido pelo Ocidente como força imaterial supra-histórica, e a escrita, de natureza afim, foi entendida como *medium* dessa força. Sob o signo da tecnologia de armazenamento eletrônico, por outro lado, passa a valer na pesquisa sobre a memória o princípio de sobrescrita permanente e de uma possibilidade de reconstrução das recordações. Tanto na tecnologia de armazenamento quanto na pesquisa da estrutura cerebral vivemos uma mudança de paradigma, na qual a concepção de um registro duradouro de informação é substituída pelo princípio da contínua sobrescrita.

Cada mídia descerra um acesso específico à memória cultural. A escrita, que acompanha a língua, armazena coisas diferentes e de maneira diferente em

foi eu que
imagina

comparação ao que as imagens fazem. Estas, por sua vez, contêm expressões e experiências independentes da língua. Desde os tempos da mnemotécnica romana, atribui-se às assim chamadas *imagines agentes* um poder especial de memorização. Mais tarde esse poder foi descoberto em símbolos e arquétipos que alcançam mundos de sonhos individuais e o inconsciente cultural. O corpo também pode funcionar como um meio em si, na medida em que os processos psíquicos e mentais de recordação são ancorados de maneira tanto somática quanto neuronal. O corpo estabiliza lembranças por meio de habituação, e as fortalece pelo poder da afecção. A afecção como componente corporal das lembranças possui uma qualidade ambivalente: pode ser vista tanto como indício de autenticidade quanto como motor da falsificação. Quando uma memória embutida no corpo é totalmente cortada da consciência, estamos falando de um trauma. Esse trauma é entendido como uma experiência encapsulada corporalmente, que se expressa por sintomas e bloqueia uma lembrança recuperadora. Por fim, as mídias externalizadas da memória incluem localizações que são convertidas em lugares de memória, devido a algum acontecimento de relevância religiosa, histórica ou biográfica. Lugares podem atestar e preservar uma memória, mesmo para além de fases de esquecimento coletivo. Após intervalos de suspensão da tradição, peregrinos e turistas do passado retornam a locais significativos para eles, e ali encontram uma paisagem, monumentos ou ruínas. Com isso ocorrem “reanimações”, nas quais tanto o lugar reativa a recordação quanto a recordação reativa o lugar. A memória cultural não se deixa armazenar em lugares significativos, pois estes só podem ativar e suportar processos de lembrança em conjunto com outras mídias de memória. Onde qualquer tipo de transmissão de conhecimento esteja interrompido surgem locais sagrados que ficam à mercê do jogo livre da imaginação ou do retorno de algo que se recalcou.

A terceira parte trata de um lugar da memória de tipo muito especial: o *arquivo*. Ao contrário da memória corporificada sensorialmente nos corpos e nos lugares, o arquivo é separado destes e é, assim, abstrato e genérico. Meios materiais de armazenamento, que são empregados como suportes para a memória, são indispensáveis para que o arquivo funcione como armazenador de conhecimento coletivo, e o meio mais usado é a escrita. Os arquivos são, portanto, altamente dependentes das mídias tecnológicas. A “arquivabilidade” de dados aumentou vertiginosamente com as tecnologias de novos sistemas de registro, tais como fotografia, filme, mídias de áudio e de vídeo, e trouxe para os arquivistas novos problemas de conservação dos arquivos.

O arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido. Essa construção não depende apenas de interesses sociais, políticos e culturais, mas é essencial-

mente codeterminada pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro. O arquivo foi criado utilizando-se uma escrita materialmente fixável que codifica informação de modo que ela possa ser lida pelas gerações vindouras. Com a passagem para uma forma de registro eletrônica e dinâmica, a estrutura do arquivo modifica-se substancialmente. Substituindo os metros de prateleiras com pastas e caixas sobre os quais a poeira dos séculos se assenta, aparecem máquinas de processamento de informação *high-tech* com poder cada vez maior de processamento de dados e capacidade de armazenamento de informação. A era digital vai descobrir novas formas para o arquivamento de informação e vai arquivar o próprio arquivo como um memorial obsoleto.

Contudo, a atual crise da memória cultural não se deve exclusivamente aos problemas que as novas mídias trazem consigo. Testemunhas disso são quatro artistas, nascidos após a II Guerra Mundial, que se veem diante de uma memória cultural despedaçada. Eles colocam sua arte a serviço de um trabalho autorreflexivo de recordação, à medida que redescobrem o livro e o arquivo como formas de criação artística. Chama a atenção o fato de que a arte começa a se ocupar mais fortemente da memória justamente no momento em que a sociedade faz pressão para que a memória se perca ou seja apagada. Nesse contexto, a memória artística não funciona como armazenador, mas estimula os armazenadores, ao tematizar os processos de lembrar e esquecer. Pois para os artistas não se trata de usar armazenadores tecnológicos; eles buscam, sim, um “glossário de sentimentos”, em que reconhecem uma fonte de elementos artísticos. Com isso essa arte se torna tanto um espelho do atual estado do esquecimento e recalque no inconsciente coletivo, como também uma régua graduada para mensuração desse estado — segundo assinalou Heiner Müller. Assim, não se pode falar de uma perda pura e simples da memória cultural. Hoje é sobretudo a arte que tematiza a crise da memória e encontra novas formas para a dinâmica da recordação e do esquecimento culturais.

Fora dos arquivos os bens circulam e o *lixo* se acumula. A montanha crescente de lixo formada pelos resíduos cumulativos e não coletados da civilização é facilmente decifrada como um retrato inverso do arquivo. O lixo, entendido como “armazenador negativo”, não é só um símbolo do descarte e do esquecimento, mas também é uma nova imagem da memória latente, localizada entre a memória funcional e a cumulativa, que persiste geração após geração, em uma terra de ninguém, entre presença e ausência. A fronteira entre arquivo e lixo nesse contexto é completamente móvel. Krzysztof Pomian demonstrou que o último estágio na vida de alguma coisa não precisa ser necessariamente o lixo, pois este marca tão somente uma fase de desfuncionalização ou inutilização em que o objeto é retirado de um ciclo de utilidade. Após essa neutralização o objeto

pode ganhar um novo significado, ou seja, adquire novamente o *status* de um símbolo carregado de significado. Nesse sentido os resíduos discretos se transformam em um “semióforo”, ou seja, em um símbolo visível de algo invisível e impalpável, como o passado ou a identidade de uma pessoa²⁰.

Mesmo que o olhar histórico ou artístico ainda pudesse transformar a prosa dos resíduos na poesia da recordação, ainda assim restariam muitas coisas que não se querem resgatar, ou que não se podem resgatar. O resto é o que resta, e com isso pode-se ter em mente tanto o arquivo quanto o lixo. De qualquer forma, os resquícios não se deixam apagar. O lixo é estruturalmente tão importante para o arquivo quanto o esquecimento para a lembrança. Isso é trazido à consciência *ex negativo* pelas instalações artísticas e narrativas fantásticas que cumprem o experimento intelectual de arquivar o lixo sem restrições.

20 Krzysztof Pomian, *Der Ursprung des Museums* [A origem do museu]. Berlim, Vom Sammeln, 1986, p. 92.

*Memória funcional e memória cumulativa — Dois modos da recordação**

1. História e memória

O nexó entre recordação e identidade não foi pesquisado somente por poetas e filósofos, mas também por sociólogos e historiadores. Na sequência, assumirão a palavra teóricos da memória coletiva, para os quais a distinção entre história e memória se tornou uma diferença mestra. História e memória, nesse caso, são determinadas pela limitação recíproca que impõem uma à outra: uma é sempre o que a outra não é. Assim, tanto se descreveu o surgimento da historiografia crítica como emancipação em relação a uma memória oficial quanto se fez prevalecerem os direitos da memória em face de uma ciência histórica poderosa demais.

Em primeiro lugar cabe mencionar uma vez mais Friedrich Nietzsche, que, em sua obra da juventude “Da utilidade e do malefício da história para a vida”, contrapôs de maneira polêmica a memória benéfica à vida e a história estranha à vida. Em sua terminologia, o que mais corresponde à história é “recordar”; à memória corresponde mais “esquecer”. Ele tomou como ponto de partida a ideia de que “cada pessoa e cada povo, [...] segundo seus objetivos, suas forças e suas necessidades”, precisa de “um certo conhecimento do passado”¹. Em virtude das ciências históricas do século XIX, esse “certo conhecimento” havia se transformado em um mar interminável de saber, que ainda aumentava mais e mais. Ao diagnosticar essa situação, Nietzsche viu nela uma crise alarmante, por temer que a memória cultural estivesse a ponto de perder sua capacidade de limitação

* Tradução: Paulo Soethe e Daniel Martineschen.

1 Friedrich Nietzsche, *Unzeitgemäße Betrachtungen* [Considerações intempestivas], *Zweites Stück* [Segunda parte]: *Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben* [Dos usos e desvantagens da história para a vida], in *Sämtliche Werke* [Obras Completas]. Vol. I.

e restrição ao essencial, e com isso perder sua capacidade de formar horizontes, como ele dizia. Como um processo de aumento descontrolado fez verter o saber para além das bordas da memória, nivelaram-se os limites entre o que fosse essencial e relevante, de um lado, e desimportante e aleatório, de outro. Para Nietzsche isso ocasionava que a tradição estabelecesse cada vez menos um vínculo de utilidade com o agir e o futuro. Ela se transformara em um lastro e com isso perdera o caráter de um aparato básico capaz de se adaptar às circunstâncias e exigências de um presente que progride. Com o sobrepeso da história, a memória cultural teria perdido suas duas funções centrais, intensidade e identidade, isto é, energia impulsionadora e a autoimagem formativa. Para duas perguntas ela deixara de ter resposta: “Segundo que parâmetros devemos nos orientar?” e “Quem somos?”. No fundo, Nietzsche contrapôs dois modelos culturais, que se podem descrever com os conceitos “história” e “memória”. No primeiro caso, que ele considera ameaçador, o presente encontra-se sob o peso do passado; no segundo, que ele vê com nostalgia, é o passado que se encontra sob o peso do presente.

Maurice Halbwachs trilhou caminhos bem diversos para chegar a sua distinção entre história e memória. Como sociólogo empírico, não teve intenções pautadas pela crítica cultural. Seu interesse voltou-se apenas à pergunta sobre o que mantém as pessoas unidas em grupos. Deparou, assim, com o significado agregador das lembranças em comum, como importante elemento de coesão. Derivou daí a noção da existência de uma “memória de grupo”. Mas as lembranças não se estabilizam somente no grupo. O grupo torna estáveis as lembranças. A investigação de Halbwachs em torno dessa “memória coletiva” resultou no seguinte: a estabilidade da memória coletiva está vinculada de maneira direta à composição e subsistência do grupo. Se o grupo se dissolve, os indivíduos perdem em sua memória a parte de lembranças que os fazia assegurar-se e identificarem-se como grupo. Mas também a alteração de um contexto político pode levar ao apagamento de determinadas lembranças, já que estas, segundo Halbwachs, não têm uma força imanente de permanência e carecem essencialmente da interação e atestação sociais. Para lembranças erráticas e disfuncionais não há lugar na teoria funcionalista da memória de Halbwachs, marcada pelo construtivismo.

Halbwachs distinguia rigorosamente memória coletiva e memória da ciência histórica. De modo especial, destacou os seguintes traços distintivos:

- a memória coletiva assegura a singularidade e a continuidade de um grupo, ao passo que a memória histórica não tem função de assegurar a identidade;
- as memórias coletivas, assim como os grupos aos quais estão vinculadas, existem sempre no plural; a memória histórica, por sua vez, constrói uma moldura integradora para muitas narrativas e existe no singular;

– a memória coletiva obscurece ostensivamente as mudanças, ao passo que a memória histórica é nelas que se especializa.
Em resumo, Halbwachs constata:

O mundo histórico é como um oceano no qual todas as histórias parciais deságuam. [...] A história pode parecer ser a memória universal do ser humano. Entretanto não existe memória universal. Cada memória coletiva tem como portador um grupo limitado no tempo e no espaço. Só se pode compilar a totalidade dos acontecimentos passados em uma única imagem sob as premissas: de que estes sejam desvinculados dos grupos que os mantinham na memória; de que sejam rompidos os laços que os ligavam ao contexto social em que ocorreram; e de que só se conservará o seu esquema cronológico-espacial².

Que há uma “memória *no* grupo”, isso ninguém contesta. Mas também pode haver algo como uma “memória *do* grupo”? Uma memória de grupo não dispõe de qualquer base orgânica e por isso é impensável, em sentido literal. No entanto ela não é meramente metafórica. Os estudos do historiador francês Pierre Nora demonstraram que por trás da memória coletiva não há alma coletiva nem espírito coletivo algum, mas tão somente a sociedade com seus signos e símbolos. Por meio dos símbolos em comum o indivíduo toma parte de uma memória e de uma identidade tidas em comum. Nora cumpriu na teoria da memória o passo que vai do grupo vinculado na coexistência espaço-temporal, tema estudado por Halbwachs, à comunidade abstrata que se define por meio dos símbolos que abrangem e agregam, em nível espacial e temporal. Os portadores dessa memória coletiva não precisam conhecer-se para, apesar disso, reivindicar para si uma identidade comum. A nação é uma comunidade como essa, que concretiza sua unidade imaterial no *medium* da simbologia política. Pierre Nora distingue esses signos da história, que perfazem a memória de uma nação, dos signos da escrita da história, que perfazem o debate científico da historiografia. Para Nora, memória coletiva (de grupo) e escrita analítica da história estão em uma luta que, na esteira da modernização, dá-se inevitavelmente em prejuízo da memória:

Memória, história: não são sinônimos de modo algum; na verdade, como já sabemos hoje, são opostos em todos os aspectos. [...] A memória é sempre um fenômeno atual, uma construção vivida em um presente eterno, enquanto que a história é representação do passado. [...] A memória orienta a recordação para o sagrado, a história expulsa-a: seu objetivo é a desmistificação. A memória surge a partir de um grupo cuja conexão ela

2 Maurice Halbwachs, *Das kollektive Gedächtnis* [A memória coletiva]. Frankfurt, 1985, p. 72.

estimula. [...] A história, por sua vez, pertence a todos e a ninguém, e por isso é designada como universal³.

As teorias da memória de Nietzsche, Halbwachs ou Nora acentuam o caráter construtivista da recordação, seu caráter assegurador da identidade, e afirmam o direito dela em face de uma ciência histórica objetiva e neutra. Nos três casos, a oposição mestra se dá entre corporificado e neutro. Também podemos dizer, entre habitado e neutro. Nos três casos, a também podemos dizer, entre corporificado e descorporificado, ou ainda, como portadores vivos com perspectivas parciais; a história, ao contrário, "pertence a todos e a ninguém", é objetiva e, por isso mesmo, neutra em relação à identidade. Os critérios elencados para o estabelecimento dessa oposição podem ser resumidos conforme a seguir:

A memória habitada

- está vinculada a um portador, que pode ser um grupo, uma instituição ou um indivíduo
- estabelece uma ponte entre passado, presente e futuro
- procede de modo seletivo, à medida que recorda uma coisa e esquece outra
- intermedeia valores dos quais resultam um perfil identitário e normas de ação

A memória inabitada

- é desvinculada de um portador específico
- separa radicalmente passado de presente e futuro
- interessa-se por tudo; tudo é igualmente importante
- investiga a verdade e com isso suspende valores e normas

2. Memória funcional e memória cumulativa

Já que focamos essa contraposição de modo tão explícito quanto possível, cabe agora constatar que uma oposição entre memória e história entendida desse modo se sustenta cada vez menos. Há nesse ínterim um consenso quanto a não haver uma escrita da história que não seja ao mesmo tempo trabalho da memória e que deixe de estar irremediavelmente imbricada com as condições de atribuição de sentido, parcialidade e criação identitária. Nos últimos tempos, inclusive, a

³ Pierre Nora, *Zwischen Geschichte und Gedächtnis* [Entre história e memória]. Vol. II. Berlin, 1990. p. 12.

balança pendeu para o outro lado; já há teóricos que até mesmo equiparam história e memória, tal como Dan Diner, um dos editores da revista *History and Memory*, central para a pesquisa sobre a recordação.

A polarização brusca de história e memória parece-me tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas. Por isso é que gostaria de sugerir, a seguir, a fixação de história e memória como dois modos da recordação, que não precisam excluir-se nem recalcar-se mutuamente. Seguir os passos de Nietzsche e representar história e memória como uma “alternativa coagida” (Reinhart Koselleck) faz jus ao *pathos* do desencantamento da retórica ligada à crítica cultural. Gostaria de afastar o problema desse contexto e perguntar de que maneira esses conceitos podem ser referidos um ao outro de modo produtivo e voltar a tornar-se utilizáveis do ponto de vista analítico.

O passo essencial para além da polarização ou equiparação dos conceitos de memória e história consiste em compreender a relação entre memória habitada e inabitada no sentido de dois modos complementares da recordação. Denominaremos a memória habitada *memória funcional*. Suas características mais marcantes são referência ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro. As ciências históricas, por sua vez, são uma memória de segunda ordem, uma memória das memórias, que acolhe em si aquilo que perdeu a relação vital com o presente. Sugiro atribuir a essa memória das memórias a designação *memória cumulativa*. Conhecemos bem as decepções que o esquecimento nos impõe, a perda irreversível do saber ponderado e de experiências vitais. Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional.

Para explicar esse tipo de imbricamento entre memória funcional e cumulativa faremos uma breve incursão ao campo da psicoterapia. No contexto das teorias psicoterapêuticas tem-se como ponto de partida que a memória individual se constitui de diferentes planos. Um plano é o da memória consciente. Nele, lembranças e experiências são mantidas à disposição, à medida que se situam em determinada configuração de sentido. De modo semelhante ao que Locke havia percebido, a produção de uma configuração de sentido como essa equivale à autointerpretação e à autodeterminação do indivíduo. Indica o quanto uma pessoa individual sabe de si mesma, qual sua autoestima e como lida com suas próprias experiências. Dessa configuração da memória para o indivíduo depende o quadro de oportunidades futuras à disposição do indivíduo e quais delas estão excluídas de seu horizonte. A terapia é capaz de auxiliar na reconfiguração e reestruturação das lembranças; ela pode ocasionar que isso ocorra de uma maneira mais consciente e inclusiva, pode refletir sobre a fixação de limites e atenuar

ou eliminar barreiras autoagressivas e paralisantes. O conceito de *story* é característico desse acesso psicoterapêutico. A história de vida "habitada" pelo indivíduo agrega lembranças e experiências e as situa em uma estrutura que define sua vida como autoimagem formativa, além de conferir-lhe orientação para agir⁴. O outro plano na economia da memória se constitui de elementos bastante heterogêneos: em parte inertes, improdutivos; em parte latentes, fora do alcance da atenção; em parte sobredeterminados e, portanto, inacessíveis a uma tentativa ordenada de recuperação; em parte dolorosos ou escandalosos e por isso enterrados bem fundo. Os elementos da memória cumulativa pertencem ao indivíduo, mas constituem uma reserva que — por vários motivos, sejam eles quais forem — em certo momento deixa de estar disponível para resgate. A fim de que a memória possa desenvolver uma função orientadora, é preciso apropriar-se desses elementos, ou seja, é preciso selecioná-los segundo sua importância, torná-los acessíveis e interpretá-los em determinado quadro de sentido: "Quando pessoas organizam e interpretam sua experiência em histórias como estas [...], então se conclui que essas histórias dão forma a relações e percursos de vida"⁵.

Esse modelo da memória funcional individual estabelece uma fronteira produtiva entre uma massa amorfa de elementos soltos, de um lado, e elementos selecionados, interpretados, apropriados, em suma: elementos agregados entre si no interior de uma *story*, de outro. Essa fronteira é produtiva justamente por ser móvel. A memória funcional é seletiva e atualiza apenas um fragmento do conteúdo possível da recordação. "Em razão do tempo, muitas coisas provisionadas nas despensas da experiência viva ficam de fora dessas histórias e jamais serão narradas ou enunciadas. Ficam em estado amorfo, sem ordem nem contornos"⁶.

Também foi Halbwachs quem criou a distinção entre elementos da recordação carregados de significação e elementos da recordação de significação neutra. Essa transformação em sentido foi para ele o pressuposto para que uma lembrança ingresse na memória coletiva: "Cada personalidade e cada fato histórico, no

4 O teólogo e psicoterapeuta Dietrich Ritschl resumiu essa noção sob o seguinte princípio: "Somos as histórias que podemos narrar sobre nós". Cf. Dietrich Ritschl, "Das 'story'-Konzept in der medizinischen Ethik" [O conceito de *story* na ética médica], in *Konzepte: Ökonomie, Medizin, Ethik; gesammelte Aufsätze* [Conceitos: ecumenicidade, medicina, ética: quatro artigos]. Munique: 1986, pp. 201-12.

5 Michael White e David Epston, *Literate Means to Therapeutic Ends* [A domesticação dos monstros. Recursos literários para fins terapêuticos]. Adelaide, 1989, p. 20. Ed. alemã, *Die Zähmung der Monster. Literarische Mittel zu therapeutischen Zwecken*. Heidelberg, 1990. Sou grata a Helm Stierlin, Arno Retzer e Jörg Schweitzer pela indicação desse texto e por diversas sugestões.

6 Ibidem.

MEMÓRIA

momento de sua entrada na memória, vão ser transpostos para um ensinamento, um conceito, um símbolo. Contêm um significado e se tornam, assim, um elemento no sistema de ideias da sociedade”⁷. Lembranças que entram no campo magnético de uma determinada estrutura de sentido distinguem-se dos dados de sentido e das experiências anteriormente disponíveis. A memória produz sentido, e o sentido estabiliza a memória. É sempre questão de construção, uma significação que se contrói posteriormente.

A memória cumulativa, em face disso, é a “massa amorfa”, aquele pátio de lembranças inutilizadas, não amalgamadas, que circunda a memória funcional. Pois o que não cabe em uma *story*, em uma configuração de sentido, não é pura e simplesmente esquecido em razão disso. Essa memória (em parte não consciente, em parte inconsciente) não constitui, portanto, o oposto da memória funcional, mas antes seu pano de fundo, em segundo plano. O modelo de dois planos, proscênio e pano de fundo, contorna o problema da oposição binária; ele deixa de ser dualista e torna-se perspectivístico. Nessa relação referencial entre proscênio e pano de fundo está contida a possibilidade de que a memória consciente possa transformar-se, de que se possam dissolver e compor as configurações, de que elementos atuais se tornem desimportantes, elementos latentes venham à tona e estabeleçam novas relações. A estrutura profunda da memória, com seu trânsito interno entre elementos presentificados e não presentificados, é a condição de possibilidade da mudança e da renovação na estrutura da consciência, que sem o pano de fundo daquelas provisões amorfas acabaria por estagnar.

Como exemplo desse jogo mútuo entre memória funcional e cumulativa pode-se mencionar aqui o processo de aprendizagem, descrito como a seguir pelo cientista político Karl Deutsch, sob uma perspectiva cibernética: “Cada processo de aprendizagem, e cada alteração de fins e valores, portanto, se constitui de uma reordenação psíquica interna [...]. A capacidade de aprendizagem de um sistema ou organização, isto é, o escopo de uma reordenação interna efetivamente possível, pode ser mensurada com base na quantidade e multiplicidade de recursos auxiliares livres [*ungebundene Hilfsmittel*] que o sistema ou a organização têm a seu dispor”⁸.

A expressão-chave “recursos auxiliares livres” prenuncia em que medida pode ser sensato e útil acumular saber que não se dilua (não mais, ainda não ou não agora) em meio a configurações de sentido funcionais. Esses recursos mantêm ao

7 Maurice Halbwachs, *Das Gedächtnis und seine sozialen Bedingungen* [A memória e suas condições sociais]. Frankfurt, 1985, p. 389.

8 Karl W. Deutsch, *Politische Kybernetik. Modelle und Perspektiven. Sozialwissenschaft in Theorie und Praxis* [Cibernética política. Modelos e perspectivas. Ciências sociais em teoria e prática]. W. Bessen (org.). Friburgo, 1969, p. 152. (Primeira edição inglesa: 1963).

dispor um saber adicional que, como memória das memórias, pode garantir que memórias funcionais realmente dadas possam ser criticamente relativizadas ou, ainda, renovadas ou transformadas. Por si só eles não geram sentido nem fundamentam valores, mas podem constituir um pano de fundo (estabilizador ou corretivo) para essas operações.

Esses mecanismos derivados da observação da memória individual podem ser transpostos para a memória cultural. Em uma cultura oral da memória, na qual memórias individuais fortalecidas por esteios materiais e corpóreos como bordadura, pintura, ritmo, dança e música constituem o refúgio da memória cultural, é impensável haver uma distinção entre memória funcional e cumulativa. Há tão pouco lugar na memória e as técnicas de memorização são tão dispendiosas que não entra sequer em questão conservar algo que também não seja útil para a identidade do grupo e, portanto, decisivo para sua sobrevivência. Com a escrita, por outro lado, enquanto *medium* cumulativo paradigmático extracorporal, ultrapassa-se esse horizonte das culturas orais da memória. Com a escrita pode-se registrar e acumular mais do que se poderia evocar por meio da recordação. Com isso, distende-se a relação entre recordação e identidade; a diferença entre memória cumulativa e funcional está embasada nessa distensão. O *potencial* da escrita consiste na codificação e acumulação de informações, para além de seus portadores vivos e em que independa de atualização em encenações coletivas. O problema da escrita consiste na acumulação de informações, que tende a ser ilimitada. Por meio de *media* cumulativos extracorporais e independentes da memória humana, vai pelos ares o horizonte da recordação viva e corporificada e criam-se condições de existência para arquivos culturais, saber abstrato e tradição esquecida.

Em um plano coletivo a memória cumulativa contém o que se tornou inutilizável, obsoleto e estranho: o saber objetivo neutro e abstrato-identitário, mas também o repertório de possibilidades perdidas, opções alternativas e chances desperdiçadas. Na memória funcional, por outro lado, trata-se de uma memória que, ao passo que se apropriam dela, resulta de um processo de seleção, associação, constituição de sentido — ou, para dizer com Halbwachs: do delineamento de molduras. Os elementos desprovidos de estrutura, desconexos, passam a integrar a memória funcional como se houvessem sido compostos, construídos, vinculados. Esse ato construtivo gera *sentido*, uma qualidade de que a memória cumulativa simplesmente não dispõe.

A memória funcional cultural está vinculada a um sujeito que se compreende como seu portador ou depositário. Sujeitos coletivos da ação como estados ou nações constituem-se por meio de uma memória funcional, em que tornam disponível para si uma construção do que teria sido seu passado. A memória

cumulativa, por sua vez, não fundamenta identidade alguma. Sua função, em nada menos essencial que outras, consiste em conter mais coisas e coisas diferentes em relação ao que se pode esperar da memória funcional. Para esse arquivo ilimitável — com sua massa sempre crescente de dados, informações, documentos, lembranças — não há mais sujeito a que se possa associar tudo isso; de qualquer modo, ainda se pode falar aqui de uma “memória da humanidade”, completamente abstrata.

Tarefas da memória funcional

Podem-se distinguir diversas formas de uso da memória funcional, dentre as quais abordaremos três possibilidades: legitimação, deslegitimação e distinção. *Legitimação* é o anseio prioritário da memória política ou oficial. A aliança entre dominação e memória, característica para esse caso, manifesta-se positivamente no surgimento de formas elaboradas do saber histórico, sobretudo na forma de genealogias, já que o poder dominante tem necessidade de explicitar sua própria origem. Esse desiderato é atendido em particular pela recordação genealógica. Essa memória legitimadora da dominação tem, ao lado de uma face retrospectiva, também outra, prospectiva. Os dominadores usurpam não apenas o passado, mas também o futuro; querem ser lembrados e, para isso, erigem memoriais em homenagem a seus feitos. Tomam providências para que seus feitos sejam narrados, decantados, eternizados e arquivados em monumentos. Nesse contexto da política oficial da memória incluem-se quase todas as fontes históricas que chegaram até nós vindas do Velho Oriente.

A maior desvantagem da memória oficial consiste em sua dependência da censura e de atividades celebrativas artificiais. Ela tem duração equivalente à do poder que a apoia. No início ela nasce de uma contramemória inoficial que se apresenta como memória funcional criticamente subversiva. Com isso chegamos à segunda forma funcional, a *deslegitimação*.

Frequentemente se diz (constata o historiador inglês Peter Burke) que a história é escrita pelos vencedores. Seria possível dizer, de igual modo: a história é esquecida pelos vencedores. Eles podem permitir-se esquecer o que os vencidos, que não se conformam com os acontecimentos, veem-se condenados a ter em mente, a reviver e reconsiderar, sob a perspectiva do que poderia ter sido diferente⁹.

⁹ Peter Burke, “Geschichte als soziales Gedächtnis” [História como memória social], in A. Assmann e D. Harth (orgs.), *Mnemosyne, Formen und Funktionen kultureller Erinnerung* [Mnemosine, formas e funções da recordação cultural]. Frankfurt, 1991, p. 297.

Um exemplo atual de recordação deslegitimadora são as festividades comemorativas de 1989 em torno do húngaro Imre Nagy, governador assassinado em 1956 após a investida de tropas soviéticas enviadas para esmagar a rebelião política em seu país. O governo comunista tratou de apagar a memória de Nagy dos livros de história e mantê-la cuidadosamente afastada do espaço público. Não logrou, no entanto, apagá-la por completo, e ela ganhou aderência ainda maior, mesmo sob a contingência de sua exclusão. Primeiro, um grupo de dissidentes encenou seu sepultamento simbólico em um cemitério parisiense e, naquele mesmo ano, com grande pompa cerimonial e intensa participação dos meios de comunicação social, organizou-se no cemitério de Budapeste, com honras de Estado, o traslado de seus restos mortais. Imre Nagy, quintessência da recordação destruída por via oficial, tornou-se a figura simbólica de uma contrarrecordação, e com isso, o fermento decisivo para o processo de supressão do stalinismo na Hungria¹⁰. O motivo de uma contrarrecordação cujos portadores sejam os vencidos e oprimidos é a deslegitimação de relações de poder consideradas opressivas. Essa deslegitimação é tão política quanto a recordação oficial, já que nos dois casos se trata de legitimação e poder. A recordação que se seleciona e conserva nesse caso presta-se a dar fundamentação não ao presente, mas ao futuro, ou seja, ao presente que deve suceder à derrubada das relações de poder ora vigentes.

Uma outra função de uso da memória cultural é a *distinção*. O termo compreende todas as formas simbólicas de expressão que se prestam a delinear uma identidade coletiva. No campo religioso, trata-se da agregação comunitária, mediada pela recordação em comum e renovada pelas festas e ritos. As festas consolidam a relação da comunidade com uma história fundadora compartilhada. No judaísmo, por exemplo, isso vale tanto para a festa do *Pessach*, que comemora a fuga do Egito, quanto para o *Hanukkah*, que celebra a inauguração do segundo templo. Outros exemplos de festas cujo caráter político religiosamente marcado se destina a gerar identidade são a democracia atica e a Revolução Francesa. No campo secular vale mencionar os movimentos nacionalistas do século XIX, que por meio da reconstrução ou da "invenção" de tradições compartilhadas criaram uma identidade para o novo sujeito político da ação, o "povo". No âmbito dos movimentos nacionais, tornou-se uma obrigatoriedade recordar a própria história e a própria tradição, bem como o conjunto das formas do costume geral [*Brauchtumsformen*] que se cultiva. A memória nacional não é apenas uma invenção do século XIX, que tratava de se reorganizar sob a modalidade dos es-

10 Conferência de Mate Szabo, por ocasião de um evento organizado em Weiler im Allgäu sobre a memorização coletiva, no verão de 1991.

rados nacionais; com a memória nacional surgiu na Europa uma memória política de outra natureza. A memória nacional não está restrita à “cultura”; a qualquer momento ela pode tornar-se tão política quanto a memória oficial; e isso sobretudo quando assume o perfil de uma contrarrecordação que se opõe à memória oficial e questiona a legitimação desta última, apoiada em monumentos, censura e propaganda política.

Tarefas da memória cumulativa

À memória cumulativa vincula-se um anseio político, ou delinea-se uma identidade distinta. A memória cumulativa constitui a contraparte das diferentes perspetivações da memória cultural. Os produtos que ela logra alcançar tornam-se bastante claros quando controlados ou suprimidos, como se dá, por exemplo, em sociedades totalitárias. Na Rússia stalinista a memória cumulativa cultural foi destruída, só se admitia o que houvesse passado pelo crivo da doutrina oficial. Orwell, em seu romance *1984*, descreveu em detalhes essa situação e sem exageros, como se sabe hoje.

A memória cumulativa pode ser vista como um depósito de provisões para memórias funcionais futuras. Esta não é apenas a condição prévia para o fenómeno cultural que denominamos “renascença”, esse é também um recurso fundamental da renovação do saber cultural e uma condição de possibilidade das mudanças culturais. Igualmente importante é o significado da memória cumulativa para o presente de uma sociedade enquanto corretivo para memórias funcionais atuais. À medida que se recorda muito mais do que realmente se precisa recordar, tornam-se visíveis as bordas da memória funcional. A possibilidade de renovação permanente pressupõe uma grande permeabilidade do limite entre memória funcional e memória cumulativa. Se se mantém aberta a fronteira, chega-se mais facilmente a um intercâmbio dos elementos de uma e outra e a uma reestruturação dos padrões de sentido. No caso oposto ocorre a ameaça de uma estagnação da memória. Se o trânsito fronteiro entre as duas memórias fica bloqueado por uma muralha, e se a memória cumulativa fica barrada enquanto depósito de provisões que encerra possibilidades, alternativas, contradições, relativizações e protestos críticos, fica excluída qualquer mudança, e a memória torna-se, então, absolutizada e fundamentalista.

Não é correto o argumento que serviu de ponto de partida a Orwell, a saber: que a memória cumulativa se forma de modo automático e confiável quando simplesmente se abdica de manipulá-la ou eliminá-la. Ela mesma é tão pouco natural como a memória funcional e, ao contrário, precisa ser apoiada por instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural.

Arquivos, museus, bibliotecas e memoriais participam da execução dessa tarefa tanto quanto institutos de pesquisa e universidades. Essas instituições oferecem resistência tanto à supressão involuntária do passado na memória cotidiana quanto ao seu apagamento consciente na memória funcional. Todas elas possuem uma licença especial que consiste na dispensa em relação a funções sociais utilitárias imediatas. Uma sociedade que não proporciona a si mesma nichos e espaços de liberdade como esses não logra construir memória cumulativa alguma. Contextos em que vige uma licença como essa são, em especial, a arte, a ciência, o arquivo e o museu. Via de regra, a distância que esses domínios implicam bloqueia uma referência instrumental e imediata de identificação. Justamente em virtude desse distanciamento é que o significado da memória cumulativa se revela tão importante para a sociedade; a memória cumulativa como que constitui, enquanto contexto das diversas memórias funcionais, o próprio horizonte externo a elas, a partir do qual as estreitas perspectivas em relação ao passado podem ser relativizadas, criticadas e transformadas. Seria, portanto, insensato fazer a defesa de uma das memórias em detrimento da outra. Nas culturas escritas tem-se as duas formações, e o futuro da cultura depende em grande medida de que essas memórias continuem existindo lado a lado, também sob as condições proporcionadas pelas novas mídias.

Essa tese é apoiada pelas considerações de outro historiador que também relacionou história e memória uma à outra, de maneira programática. Lutz Niethammer, contudo, não as opõe entre si, mas alça a memória a um novo paradigma para a ciência histórica: “A reformulação da História na metáfora da memória surge da descontinuidade de sua fundação histórico-filosófica e, ao mesmo tempo, surge do entendimento de que a necessidade de manutenção de experiências históricas não diminui, e na verdade aumenta”¹¹. Segundo Niethammer, a memória, que deve servir para orientar a ciência histórica, tem duas faces, que ele descreve com os conceitos “tradição” e “resquício” [*Überrest*], proveniente da documentologia [*Quellenkunde*] histórica. (Doravante utilizaremos para esses dois grupos de fontes os conceitos “textos” e “vestígios”.) Tradição, para Niethammer, corresponde à memória consciente e voluntária que coage o passado a integrar uma construção social de sentido. Os resquícios, por sua vez, correspondem a uma *mémoire involontaire* que ainda não se presta (ou não se

11 Lutz Niethammer, “Die postmoderne Herausforderung. Geschichte als Gedächtnis im Zeitalter der Wissenschaft” [O desafio pós-moderno. História como memória na era da ciência], in Wolfgang Küttler; Jörn Rüsen e Ernst Schulin (orgs.), *Geschichtsdiskurs* [Discurso histórico]. T. 1 — Grundlagen und Methoden der Historiographieggeschichte [Fundamentos e métodos da história da historiografia]. Frankfurt, 1993, pp. 31-49; o trecho citado está na p. 46.

presta mais) à consciência. De modo semelhante a importantes teóricos da memória — como De Quincey, Proust e Freud —, Niethammer pressupõe que “nada se esquece por completo, mas que todas as percepções, por mais que estejam empalidecidas, recalçadas ou borradas, acabam por sedimentar-se nos vestígios da memória, sendo possível, em princípio, resgatar esse sedimento de novo”¹². O historiador e principalmente o pesquisador de *oral history* ansiaram muito por essa camada da memória, a dos resquícios. Eles veem nela o sedimento material de um inconsciente coletivo, que não foi acolhido na produção de sentido anterior, tampouco sucumbiu por completo ao recalçamento. O que aparentemente não se transmitiu ou o que se transmitiu apenas de modo subreptício “está alojado no interstício entre o que é socialmente consciente e o que se perdeu”¹³. A contraposição de Niethammer entre “tradição” e “resquício” pode traduzir-se na contraposição entre “memória funcional” e “memória cumulativa”, e seu programa historiográfico pode ser relacionado à interação ora sugerida de duas camadas da memória. Sua historiografia crítica, formulada na sucessão de Halbwachs e Benjamin, quer buscar os vestígios do passado que não encontraram acesso algum à formação da tradição da memória coletiva e que, por meio da revelação de percepções alternativas e esperanças soterradas, perpassam as construções de sentido da tradição com permanente tendência a consolidação e redução.

Em resumo: “história” (no sentido de “historiografia crítica”) é o produto de um processo cultural de diferenciação. Desenvolveu-se por meio da emancipação da “memória” (no sentido de “tradição normativa”). Essa diferenciação na “economia doméstica do saber da sociedade” (Thomas Luckmann), no entanto, não leva necessariamente, como se temia, à dissolução (etimologicamente falando: à “cisão”) das memórias vivas de grupos específicos. Ao passo que o caráter excludente dos dois modos da memória revela lá e cá potenciais bastante problemáticos, por privar a historiografia de seu valor e atribuir à memória um caráter mítico, há no imbricamento de ambos um corretivo proveitoso. Pois uma memória cumulativa desvinculada da memória funcional decai à condição de fantasmagoria, e uma memória funcional desvinculada da memória cumulativa decai à condição de uma massa de informações sem significado. Da mesma forma que a memória cumulativa é capaz de verificar, sustentar ou corrigir a memória funcional, também a memória funcional é capaz de orientar e motivar a memória cumulativa. Cabe que ambas estejam juntas, ambas pertencem a uma

12 Idem, op. cit., p. 44.

13 Idem, op. cit., p. 47.

cultura que se diferencia e autonomiza, uma cultura “que se posiciona em face da pluralidade de sua diferença interior e se abre para sua diferença exterior”¹⁴.

3. Um diálogo com Krzysztof Pomian sobre história e memória

Para o ano de 1994/1995 convidou-se um grupo de cientistas e artistas para reunir-se no Getty Center em Santa Monica, Califórnia, a fim de que se ocupassem do tema de sua especialidade, a memória. Krzysztof Pomian uniu-se ao grupo por um curto período, e então foi possível manter com ele o diálogo a seguir. A conversa ocorreu em 26 de dezembro de 1994, em inglês; no mesmo dia anotei de memória. O ensejo para o diálogo foi a pergunta sobre a possibilidade de se interligarem as pesquisas sobre a memória em Paris, Budapeste e Bielefeld. Nesse contexto mencionou-se também o nome de Jörn Rüsen; no semestre de verão de 1995, participei do grupo de pesquisa “Criação de sentidos em história”, coordenado por Rüsen, no Centro de Pesquisa Interdisciplinar em Bielefeld.

K. P. — O senhor Rüsen não é aquele que quis equiparar história e recordação? Não tirei muito proveito disso. Há hoje duas correntes que considero igualmente equivocadas. Uma delas pretende reduzir a história à recordação; a outra, reduzir história à retórica. Nos dois casos, em minha opinião, ocorre uma transformação da história em algo raso (*a flattening of history*). Rüsen parece almejar a primeira redução; Hayden White, a segunda. Ambos negam uma terceira coisa: a escrita crítica da história como discurso científico. Pode ser que soe fora de moda e maçante, mas eu não pretenderia, por nada neste mundo, dispensar essa conquista que pessoas como Valla e outros nos deram de presente. Eles estabeleceram métodos e critérios para a veracidade histórica com os quais puderam desmascarar certos documentos como falsificações. Se renunciarmos a essa historiografia crítica, renunciaremos também a algo que considero vital: os critérios de verdade objetiva e intersubjetiva.

Parece que essas tendências radicais de redução da historiografia, a propósito, foram bastante disseminadas no âmbito da teoria, ao passo que na prática do dia a dia acadêmico tudo segue seu curso, como antes. Quais seriam as chances de emprego para quem renunciasse ao instrumental crítico dessa ciência?

A. A. — Considero essa diferenciação bastante útil, mesmo que eu veja a questão de outra maneira. A historiografia, de modo muito claro, tem (ao menos) três dimensões: a científica, a memorial e a retórica. Duvido apenas que elas

14 Idem, op. cit., p. 48.

realmente se excluam, assim como o senhor parece supor. As dificuldades não provêm, em primeiro lugar, do fato de que essas funções e dimensões acabam sendo absolutizadas, confundidas, contrapostas umas às outras de forma excludente? É possível dizer, por exemplo, que a recente querela dos historiadores na Alemanha foi decorrência de uma tal confusão ou de uma tal absolutização: algumas posições defenderam a dimensão memorial; outras, a dimensão científica. Alguns escreveram a história do Holocausto para dar testemunho do maior crime da história da humanidade e com isso fixá-lo como tal na memória; outros quiseram tratar esse acontecimento de maneira comparativa e explicá-lo por via causal. Contudo, talvez não se possam separar essas duas dimensões, a científica e a memorial, de maneira tão radical — somente de modo a apenas prejudicá-las mutuamente, talvez. Não há tendências semelhantes na França, de jogar a história e a memória uma contra a outra? Penso em Pierre Nora e seu grande projeto *Lieux de Mémoire*. Não será ele um retorno da dimensão memorial que se opõe à científica? Penso em um texto de Nora em que ele opõe os dois conceitos e destaca que a história corrói os fundamentos da recordação viva.

K. P. — Não considero acertada essa visão das coisas. Há duas coisas que dizer sobre isso. Primeiro, Nora não opõe a recordação à história, mas move-se por completo sobre o terreno da historiografia científica. Sua inovação consiste em haver descoberto a história dos monumentos como um campo objetual da historiografia. Participei desde o início do projeto que aconteceu de 1978 a 1992 e resultou ao todo em sete volumes, de extensão cada vez maior (vol. 1: *La République*; vols. 2-4: *La Nation*; vols. 5-7: *La France*), e conheço sua concepção detalhadamente, por diversas conversas e seminários. Segundo, para entender o que Nora tem em mente com a “corrosão dos fundamentos da recordação pela ciência histórica”, é preciso saber o que precedeu seu projeto: a escola dos Annales. Brudel, que foi meu professor, mas não professor de Nora, estudou história sem qualquer relação com a memória. Ele se especializou em processos que necessariamente prescindiram de verificação, de memorialização e de codificação, tais como estruturas demográficas e flutuações de preços. Por assim dizer, ele estudava a história pelas costas dos envolvidos. Por fim, isso resultava em que uma tal história passava a ser um acontecimento altamente especializado que em nada mais dizia respeito aos leigos. Pagou-se um preço alto por essa nova forma de conhecimento: a história desapareceu da consciência da população e foi banida cada vez mais dos currículos escolares e planos de ensino. Foi aqui que Nora entrou em ação. Ele pretendeu trazer a história uma vez mais à consciência, à memória, às memórias dos cidadãos, e com isso começou a interessar-se por símbolos e monumentos em que a história de fato se fizera presente na consciência da população e em que ela talvez ainda estivesse.

A. A. — Isso significaria dizer, no entanto, que a dimensão memorial e a dimensão científica da historiografia não se excluem, mas ligam-se uma à outra de maneira complexa. Contudo, o que nos parece separar irreversivelmente de uma historiografia positivista é a clareza de que a escrita da história *também* se dá por via retórica (e que, portanto, é “fictícia”, no sentido de haver sido feita) e *também* encerra a referência da memória em um grupo determinado, em determinado local. As duas coisas já não são fatores que se possam eliminar do discurso científico da maneira mais ascética possível. Mais que isso, seria possível incorporá-las, ambas, em uma reorientação do projeto de escrita da história.

Vários motivos foram levantados para esclarecer a nova predominância e a contínua fascinação do paradigma da memória: o fim da filosofia da história com sua ênfase na plenitude do presente e na expectativa em relação ao futuro; o fim de uma filosofia do sujeito com sua concentração sobre o indivíduo racional e soberano; o fim de um paradigma científico disciplinar, com sua crescente especialização. A temática dos estudos culturais relativa à memória não se mostra apenas como um novo campo de estudos, mas também como uma maneira especial de processar as amplas malhas de problemas que concernem ao todo da sociedade.

↳ dispositivo

Não obstante, os esclarecimentos acima mal permitem apreender o impulso obsessivo da pesquisa sobre memória, à qual o presente estudo se filia. As movimentações da memória, ao contrário da tradição continuamente perpetuada e propagada, são esporádicas e nervosas, como se ligadas à eletricidade. A lembrança sempre exige um gatilho, ou, segundo Heiner Müller, o processo de lembrança se dispara por choques. Na verdade não há nada que tenha mantido a lembrança tanto tempo em funcionamento quanto a catástrofe da destruição e do esquecimento que teve lugar em meados do século XX. Por isso só há coerência se, no final desse século, os advogados da memória — como Simônides na lenda romana — motivam-se a visitar os locais da catástrofe, tendo em vista que a marca do século — do ponto de vista europeu e especialmente alemão — torna reconhecível uma liberação até então desconhecida do poder destrutivo. Quem tomar como ponto de partida esse contexto de destruição e de lembrança não vai encontrar paradoxo na frase de Nora citada no início deste texto e vai reconhecer também na temática da lembrança uma nova forma a partir da qual os pósteros herdaram os terrores do século XX e são capazes de lidar com eles.

O presente trabalho está dividido em três partes, das quais a primeira é dedicada às funções, a segunda, às mídias, e a terceira, ao acúmulo da memória cultural. Uma vez que as diferentes *funções* da memória se espelham em teorias e discursos da memória igualmente diversos, a primeira parte inicia e termina com um esclarecimento de conceitos. A diferenciação entre “acumular” e “recordar” segue-se a diferenciação entre memória como *ars* (arte) e como *vis* (potência), a partir da qual se definem, como se verá, duas tradições discursivas vastas e independentes entre si. De um lado, há a conhecida tradição da mnemotécnica retórica; do outro, a tradição psicológica, que identifica a memória como uma das três faculdades da alma, também chamadas de sentidos internos. Enquanto a primeira dessas tradições objetiva a organização e ordenação formal do conhecimento, a segunda delas trata da interação da memória com a imaginação e a razão. A confrontação da memória como “arte” e “potência” será abordada de maneira genérica nesta primeira parte, já que um interesse que guia este trabalho

como *discursos*: literatura, história, arte, psicologia etc.). Quem procurar uma *teoria* unificadora nas próximas páginas não obterá sucesso, pois uma tal teoria mal conseguiria lidar com o caráter contraditório das descobertas. Esse caráter contraditório é, em si mesmo, uma parte irredutível do problema.

Eu embalsamaria o espírito do passado / Para futura restauração

foi o que escreveu o poeta William Wordsworth, e as linhas abaixo de T. S. Eliot parecem soar como contestação direta desses versos:

Não há memória que você possa embalsamar em cânfora / Pois as mariposas vão entrar¹⁶.

Vejamos mais dois exemplos. No começo do século XX Italo Svevo escreveu:

O passado sempre é novo. Ele se altera constantemente, assim como a vida segue em frente. Partes da vida que parecem ter afundado no esquecimento reaparecem, enquanto, por outro lado, outras afundam por serem menos importantes. O presente conduz o passado como se este fosse membro de uma orquestra. Ele precisa desses tons somente e de nenhum outro. Assim, o passado parece às vezes curto, às vezes longo; às vezes soa, às vezes cala. Só influenciam no presente aquelas partes do passado que tenham a capacidade de esclarecê-lo ou obscurecê-lo¹⁷.

E quase na mesma época Marcel Proust aponta: “O livro de caracteres figurados, não traçados por nós, é nosso único livro”¹⁸. A descrição de Svevo antecipa a posição da teoria sistêmica da memória, segundo a qual o passado é uma construção livre baseada em seu respectivo presente. Por outro lado, segundo o conceito de memória de Proust, o presente é influenciado de tal maneira por determinado passado que escapa à disponibilidade subjetiva. Segundo esse ponto de vista, o presente mantém com o passado uma relação muito mais complicada. Proust compara a presença do passado no presente da consciência humana com os negativos fotográficos: não é possível prever se algum dia serão revelados ou não.

16 William Wordsworth, *Prelúdio* 1805, XI, vv. 342-3; T. S. Eliot, *The Cocktail Party*. Londres, 1969, p. 49.

17 Italo Svevo, *Consciência de Zeno*. Trad. Ivo Barroso. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

18 Marcel Proust, *Auf der Suche nach der verlorenen Zeit* [Em busca do tempo perdido]. Vol. 7. Trad. Eva Rechelmertens. Frankfurt, 1957, p. 275. Edição francesa: *À la Recherche du Temps Perdu*. Vol. III. Edition Gallimard, 1964, p. 880.